

- 1 ABR 1990

Os Cieps e a fuga à realidade

O ministro da Educação, senador Carlos Chiarelli, anunciou que a primeira preocupação de sua gestão seria o combate ao analfabetismo. Uma vez identificado o "inimigo público número 1" da Educação brasileira, apressou-se o senador gaúcho a apontar igualmente o *melhor amigo* de sua administração: os comentadíssimos Cieps, os Centros Integrados de Educação Pública, idealizados e construídos ao tempo em que o sr. Leonel Brizola comandou os destinos das verbas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de qualquer análise do conteúdo educacional da idéia convém conhecer o "mito", em especial no que respeita à realidade administrativa e funcional. O *Diário Oficial* do Rio de Janeiro de 8 de maio de 1985 anunciava a inauguração do primeiro Ciep sob rigorosa determinação de que "durante nove horas diárias de permanência na escola" as crianças receberiam uma "intensiva orientação pedagógica" a partir de material didático elaborado por "especialistas experientes", além de toda a alimentação e assistência médico-odontológica. A promessa,

no início da era Brizola, considerava como mínimo a construção de 500 Cieps; a realidade fica por conta de uma herança de 108 prédios (65 no interior e 43 na Capital do Estado) sem que qualquer deles chegasse a abrigar os mil alunos tão ruidosamente anunciados. A quem se interesse por custos, vale informar que cada unidade significa um gasto aproximado de construção de US\$ 1,5 milhão, para uma previsão de despesas com manutenção da ordem de US\$ 1 milhão/ano!

Com a verba de apenas um Ciep se poderia erguer uma rede de escolas tradicionais, desde que o alvo fosse a Educação e não a promoção política do construtor desses monumentos à demagogia... Em um país em que, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, órgão da Seplan, a escolaridade média da criança brasileira entre 7 e 14 anos situa-se em 1,6 ano para o Nordeste rural e 5,6 para o Sudeste urbano; em que 72% das escolas existentes não dispõem de qualquer equipamento didático ou material de ensino, falar-se em *out-doors de concreto* que custam um milhão e meio de dólares passa muito perto da irresponsabilidade so-

cial ou da pura pregação demagógica.

Mesmo que não se pense em custos, que sobre estes se espere o milagre da multiplicação dos recursos externos, os princípios educacionais embutidos na idéia dos Cieps merecem debate. Nove horas/dia sob intensa "orientação pedagógica" colocam em questão a perspectiva educacional que se pretende imprimir a este país. O que se quer — se a realidade, de fato, se sobrepuser à promessa — são grandes legiões de robôs alimentados, de banho tomado, repetindo a verdade do poder de plantão. Pesquisa encomendada pelo MEC, que em dois anos ouviu 27.455 alunos do 1º grau por intermédio da Fundação Carlos Chagas, comprovando gravíssimas deficiências do ensino público brasileiro ("Avaliação do Rendimento dos Alunos das Escolas de 1º Grau da Rede Pública", publicada em 1989), concluiu com um grave alerta sobre este hiperdimensionamento das funções da escola na vida da criança: "O rendimento do aluno cai na medida em que o desempenho começa a depender mais da escola do que das lições recebidas em casa". Chega esta advertência a preo-

cupar os novíssimos admiradores dos Cieps?

Toda esta argumentação racional esbarra, no entanto, na pregação "salvacionista" estatizante, algo ideológica, de que com os Cieps se mantém a criança "afastada das ruas". Ainda uma vez a realidade cobra o preço daquilo que é apenas pregação inconsequente. Terão alguns Cieps espalhados pelo País o poder de alterar em profundidade os dados do "Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil", publicação do ano passado do IBGE, que comprova o crescimento da evasão escolar na faixa dos 7/9 anos de 70,7% em 1981 para 83,6% em 1986? Organizar, por exemplo, um programa nacional que respeite a trajetória das migrações urbanas, desenvolvendo a unidade escolar possível, com a perspectiva de, aos poucos, ampliarem-se os anos de escolaridade, não teria maior viabilidade apesar do escasso impacto publicitário?

Talvez, no que respeite à educação pública de 1º e 2º graus, falar de Cieps, para um ministro da Educação, nas atuais condições do Estado brasileiro, seja uma excelente forma de fugir a uma realidade que se apresenta de impossível direção e equacionamento.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

006 23 1990